

HABEAS CORPUS Nº 493.304 - PR (2019/0041897-7)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
IMPETRANTE : JEFFREY CHIUINI DA COSTA
ADVOGADO : JEFFREY CHIUINI DA COSTA - PR065371
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : PAULO JULIANO FERREIRA DE LIMA CUNHA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de PAULO JULIANO FERREIRA DE LIMA CUNHA, apontando como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ - HC n. 0000055-66.2019.8.16.0000.

Nesta via, o impetrante alega que a segregação antecipada do réu teria sido decretada sem fundamentos idôneos. Entende que não estariam presentes os requisitos previstos no artigo 312 do Código de Processo Penal.

Sustenta que os supostos delitos cometidos se enquadrariam nos arts. 160 e 214 do Código Penal Militar - crimes de menor potencial ofensivo -, razão pela qual a prisão preventiva do acusado seria mais severa que os efeitos de sua eventual condenação.

Defende, ainda, o restabelecimento das medidas cautelares alternativas à prisão, sugerindo a monitoração eletrônica.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem constitucional para que o paciente seja colocado em liberdade com a determinação de medidas do art. 319 do Código de Processo Penal.

É o relatório.

Este Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de não mais admitir o emprego do *habeas corpus* para contestar decisão contra a qual exista previsão de recurso específico no ordenamento jurídico, **exatamente como ocorre no caso em exame** (HC 342.821/RO, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 15/03/2016; RHC 52.841/SC, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 17/03/2016; HC 336.606/RS, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 17/03/2016, HC 340.235/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 17/03/2016).

Da análise dos autos, ao menos num juízo perfunctório, não se vislumbra manifesta ilegalidade no acórdão impugnado a ensejar o deferimento da medida de urgência.

Com efeito, a Corte de origem consignou que (e-STJ fls. 56-57):

[...]

O paciente, não obstante a ordem judicial recebida dais antes, descumpriu uma das medidas cautelares impostas, em total desrespeito à ordem judicial, bem como praticou, em tese, novos delitos.

Essas circunstâncias, sem dúvida, revelam, conforme observado no parecer ministerial de segundo grau, “que o

paciente, ao descumprir as condições para permanecer em liberdade provisória, demonstrando, assim, falta de responsabilidade e disciplina, além de completo descaso com as determinações judiciais e às regras da benesse que lhe fora creditada, pode até mesmo reiterar as práticas delitivas de que está sendo acusado, o que reforça ainda mais a escorreita decisão adotada pelo magistrado a quo e que ora se questiona”.

Por ocasião do indeferimento do pedido liminar, já se observou que “(...) a gravidade da infração penal é inegável sob o contexto da vida militar, que exige, sobretudo, disciplina e respeito a hierarquia, sem as quais, a atividade militar se desmorona.

As declarações dos colegas de farda do paciente não são nada favoráveis, havendo registro de desacato, resistência, vias de fato, ameaça e crimes contra a honra da equipe que foi acionada para atender a situação, Ha indícios de embriaguez, arma ou simulação de estar armado, em um contexto fático bastante tumultuário.

Assim, não se tem qualquer dúvida acerca dos pressupostos da prisão preventiva, quais seja, indícios de autoria e materialidade, embora, em face da fase embrionária em que se encontra o inquérito, pouco se pode deduzir sobre a capitulação jurídico-penal dos fatos a serem eventualmente imputados à pessoa do paciente.

De tal modo, calcada em dados empíricos da investigação preliminar, extrai-se, sem dúvida, fundamentos suficientes para assegurar a ordem pública. O paciente na qualidade de policial militar em menos de dez dias havia sido agraciado com medidas cautelares diversas da prisão, logo, não poderia, absolutamente, ter-se envolvido com novas infrações penais.

Isso mostra o descontrole e a total ausência de disciplina, o que caracteriza conduta eivada de periculosidade, diante do potencial de violar os interesses da administração militar e da sociedade em geral.

Sob outro aspecto, como assinalou a magistrada, a prisão preventiva se justifica como meio legítimo de alcançar a aplicação da lei penal militar, nos termos do art. 225, e, do CPPM, pelo fato incontestável que nem sequer deu cabal cumprimento às obrigações impostas no outro procedimento (...)” (mov. 1.16).

Acrescentou que "independentemente de o paciente ter sido autuado em flagrante delito por crimes de menor potencial ofensivo, ou não gravemente apenados, o certo é que descumpriu reiteradamente os termos das medidas cautelares antes impostas. Além disto, ao que parece, incidiu na prática de novos delitos, sem a

apresentação de qualquer justificativa" (e-STJ fls. 57-58).

Da leitura de tais argumentos não exsurgem, portanto, os necessários traços de ilegalidade manifesta na decisão objurgada para o deferimento da cautela requerida, já que, em sede de cognição sumária, não se verifica qualquer violação aos dispositivos legais apontados, sem prejuízo de uma análise pormenorizada da questão no momento oportuno.

É cediço que o deferimento do pleito liminar em sede de *habeas corpus* e em recurso ordinário em *habeas corpus*, em razão a sua excepcionalidade, enseja a demonstração e comprovação, de plano, do alegado constrangimento ilegal, o que não ocorre *in casu*.

Diante do exposto, **indefere-se a liminar**.

Solicitem-se informações ao Tribunal impetrado e ao Juízo de primeiro grau, os quais deverão providenciar as informações necessárias para o deslinde da questão.

Com as informações, abra-se vista ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

Ministro Jorge Mussi
Relator